

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA SPI – SOCIEDADE PARA PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **SPI – Sociedade para Participações em Infraestrutura S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n.º 913, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.719.882/0001-14, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista") da 1ª emissão pública com esforços restritos de debêntures da Emissora ("Emissão");

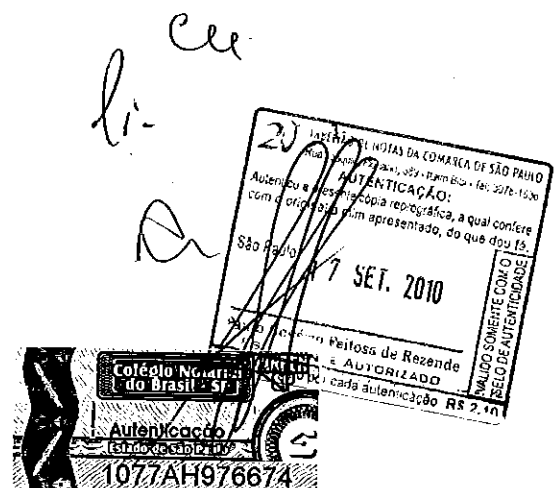
(b) **SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.**, Sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 717, 6º e 10º andares inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu estatuto social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário"); e

comparecendo, ainda, como intervenientes-anuentes,

(c) **Partícipes en Brasil S.L., Unipersonal**, companhia organizada e constituída sob as leis da Espanha, com sede no Paseo de la Castellana, 259 D, CP 28046, Torre Espacio, Madri, Espanha, neste ato representada de acordo com seus documentos constitutivos ("Partícipes"); e

(d) **OHL Concesiones, S.L.**, companhia organizada e constituída sob as leis da Espanha, com sede na Paseo de la Castellana, 259 D, CP 28046, Torre Espacio, Madri, Espanha, neste ato representada de acordo com seus documentos constitutivos ("OHL Concesiones" e, em conjunto com a Emissora e Partícipes as "Partes Obrigadas");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da SPI – Sociedade para Participações em Infraestrutura S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:



JUCESP
18 09 10

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral de Acionistas da Emissora, realizada em 3 de setembro de 2010 ("AGE"), que aprovou a proposta da Emissão encaminhada pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 2 de setembro de 2010 ("RCA"), conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures") será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa Automática de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 (a "Instrução CVM 476") estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM previamente a sua distribuição.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da AGE e da RCA

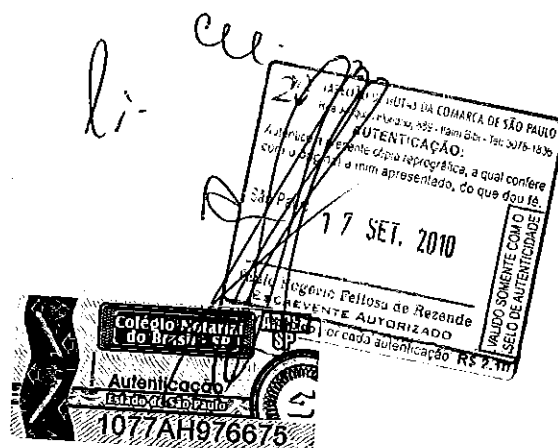
A ata da AGE que deliberou a Emissão e a ata de RCA que encaminhou a proposta da Emissão à AGE serão arquivadas na JUCESP e publicadas no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) DCI – Diário do Comércio Indústria & Serviços, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão e de seus Aditamentos

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o inciso II e §2º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro para Colocação Primária e Custódia Secundária

As Debêntures serão registradas para distribuição pública com esforços restritos no mercado primário no SDT – Módulo de Distribuição e Títulos ("SDT") e para custódia eletrônica no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP



JUCESP

18 09 10

S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e os eventos financeiros previstos nesta Escritura de Emissão liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP.

2.4.1 As Debêntures não serão admitidas à negociação no mercado secundário. Os titulares das Debêntures não poderão aliená-las, onerá-la sob qualquer forma, ceder quaisquer direitos a ela inerentes, total ou parcialmente, nem realizar qualquer ato que importe na transferência da sua titularidade.

2.5. Objeto Social da Emissora

Nos termos de seu Estatuto Social, constitui objeto social da Emissora: a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão ("Valor Total da Emissão") será de R\$ 659.000.000,00 (seiscentos e cinquenta e nove milhões de reais).

3.3. Quantidade de Debêntures

3.3.1 Serão emitidas 659 (seiscentas e cinquenta e nove) Debêntures a serem distribuídas sob o regime de garantia firme de subscrição do Coordenador.

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos captados por meio da Emissão serão integralmente destinados para o pagamento das 10 (dez) notas promissórias de valor nominal unitário de R\$ 65.900.000,00 (sessenta e cinco milhões e novecentos mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 659.000.000,00 (seiscentos e cinquenta e nove milhões de reais), referentes à primeira emissão de notas promissórias comerciais da Emissora ("Notas Promissórias").



JUCESP
16 09 10

3.5. Limite da Emissão

3.5.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60, §1º, alínea "a" da Lei das Sociedades por Ações para as emissões de debêntures da espécie com garantia real, uma vez que: (i) nos termos do item 4.15. abaixo, as Debêntures contarão com garantias reais, entre elas o penhor de 41.333.326 (quarenta e um milhões, trezentas e trinta e três mil, trezentas e vinte e seis) ações ordinárias de emissão da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("Companhia Brasileira") de titularidade da Partícipes no valor de R\$ 2.040.212.971,36 (dois bilhões, quarenta milhões, duzentos e doze mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos) ("Valor Total das Ações"), determinado com base no valor de 1 (uma) ação ordinária da Companhia Brasileira no fechamento do pregão da BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Bovespa") em 9 de setembro de 2010 ("Preço de Uma Ação"), multiplicado por 41.333.326 (quarenta e um milhões, trezentas e trinta e três mil, trezentos e vinte e seis), que representa o número de ações ordinárias da Companhia Brasileira empenhadas em favor dos Debenturistas; e (ii) o Valor Total da Emissão é de R\$ R\$659.000.000,00 (seiscentos e cinquenta e nove milhões de reais), que representa valor inferior a 80% (oitenta por cento) do Valor Total das Ações.

3.5.2. A tabela abaixo resume o cálculo descrito no item 3.5.1. acima:

Demonstrativo de Atendimento de Limites	R\$
	(exceto percentual)
Valor Total das Ações ("A"):	R\$2.040.212.971,36
80% (oitenta por cento) do Valor Total das Ações:	R\$1.632.170.377,08
Valor Total da Emissão ("VTE"):	R\$ 659.000.000,00
$(VTE/A) \cdot 100 =$	32,30%

3.5.3. O Agente Fiduciário recebeu o demonstrativo de cotação obtido junto à Bovespa na forma do Anexo I para conferência do Preço de Uma Ação utilizado para o cálculo do Valor Total das Ações e, neste ato, confirma ter verificado o atendimento dos limites previstos no artigo 60, §1º, alínea "a" da Lei das Sociedades por Ações.

3.6. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 1ª emissão pública com esforços restritos de debêntures da Emissora.



JUL 30
16 09 10

3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário"), que também exercerá a função de agente escriturador das Debêntures (sendo, nessa capacidade, referido como "Agente Escriturador").

3.8. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

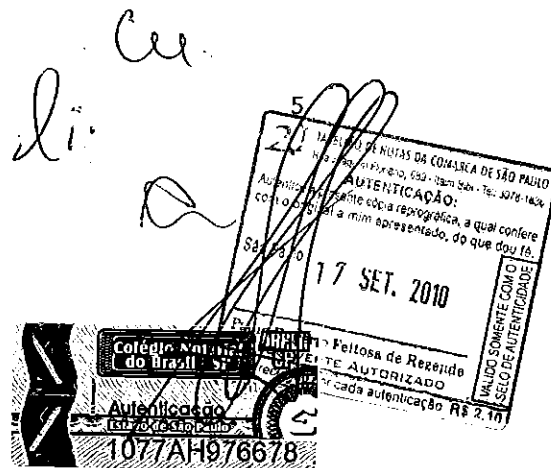
Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Regime Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Coordenador" ou "Banco Santander"), conforme o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, em Regime de Garantia Firme, da 1ª Emissão de Debêntures da SPI – Sociedade para Participações em Infraestrutura S.A. celebrado em 10 de setembro de 2010 ("Contrato de Colocação").

4.1.2 A Emissora não poderá realizar outra oferta pública de Debêntures, com esforços restritos, por meio da Instrução CVM 476, dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data de encerramento da Emissão, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

4.1.3 O plano de distribuição pública com esforços restritos seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (abaixo definido), observado ainda o prazo disposto no caput, do art. 9º da Instrução CVM 476, caso a nova emissão seja realizada com base na referida Instrução.



11:59

16 09 10

4.1.4. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Emissão descrita na presente Escritura de Emissão, as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da cláusula 4.1.7 abaixo deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

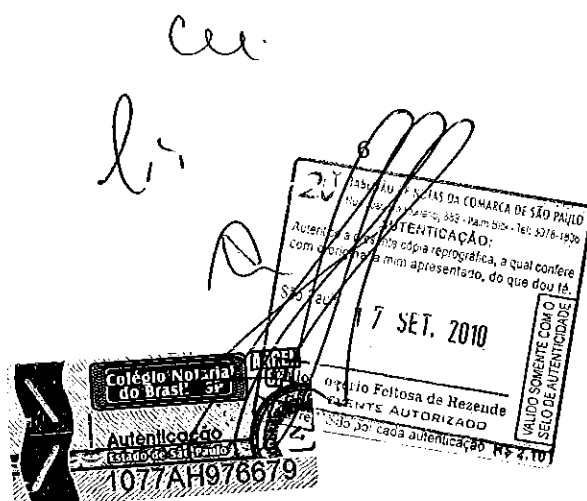
4.1.5 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.6 A Emissora obriga-se até que a totalidade das debêntures sejam subscritas e integralizadas a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Emissão a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador; e (ii) informar o Coordenador até o dia útil imediatamente subsequente a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Emissão.

4.1.7 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo investidores qualificados, assim entendidos como (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) sem prejuízo do disposto no item 4.1.4 acima, pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; e (vi) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios (os "Investidores Qualificados").

4.1.8 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures. Serão atendidos os Investidores Qualificados que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenador com esses clientes, bem como outros investidores e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes do Banco Santander, desde que tais investidores sejam considerados Investidores Qualificados, e atestem seus conhecimentos e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Debêntures.

4.1.9 O Coordenador realizará a distribuição pública das Debêntures, sob o regime de garantia firme de subscrição, válida desde o início do período de distribuição até o dia 29 de setembro de 2010.



JUCEP
18 09 10

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 24 de setembro de 2010 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), o qual não será objeto de atualização ou correção por qualquer índice ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista titular, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

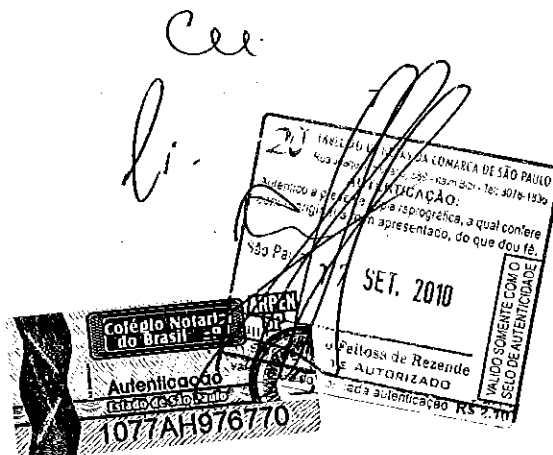
4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real e contarão com as garantias referidas no item 4.15 abaixo.

4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido) incidente entre a Data de Emissão e a data da efetiva integralização ("Preço de Subscrição").

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Subscrição, em moeda corrente nacional, por meio do SDT.



JUL 09 10

4.7. Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência até 30 de junho de 2012 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização

O Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se houver ocorrido Amortizações Antecipadas Obrigatórias, o Saldo do Valor Unitário, será integralmente amortizado na Data de Vencimento.

4.9. Remuneração

4.9.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP ("Taxa DI") no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) e em jornal de grande circulação, acrescida exponencialmente de um *spread* ou sobretaxa de 2,85% (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, conforme previamente aprovado na AGE, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário e, após a ocorrência de uma Amortização Antecipada Obrigatória ou Amortização ou Resgate Antecipado Facultativo nos termos dos itens 4.11 e 4.12 abaixo, sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.9.3., de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração").

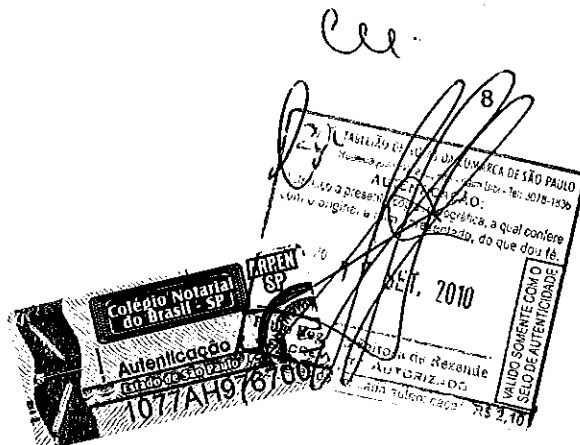
As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;



JUCESP

18 09 10

VNe Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

FatorDI produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

k número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n;

n número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI-Over de ordem k, expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e;

Cee

9



JUCESP

16 09 10

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP É o número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDI_k a divulgada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10

10



JUL 30

16 09 10

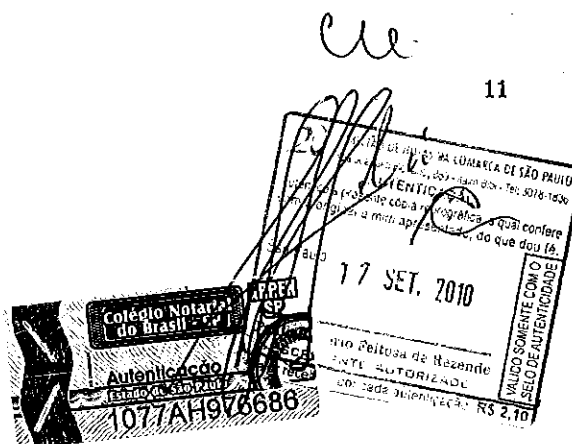
(dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração.

4.9.2. *Ausência de Divulgação:* No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, para cálculo da Remuneração, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja um parâmetro legal substituto para a Taxa DI, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic").

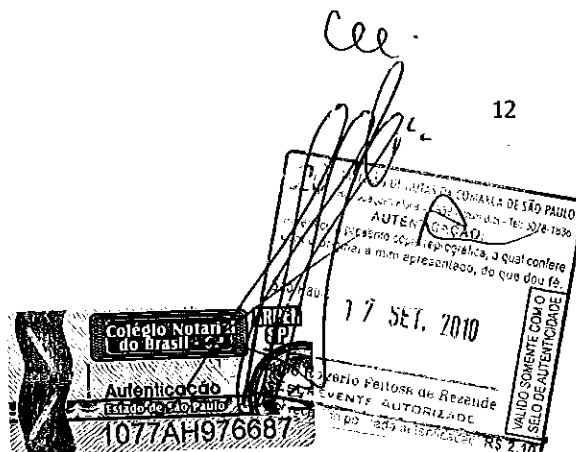
Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, conforme referido acima, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula Sétima desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração a ser aplicado.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, cancelando-as subsequentemente, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, ou em prazo mais extenso a ser definido pelos Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, de comum acordo com a Emissora, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula do item 4.9. sendo que a taxa DI_k a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será a última taxa DI_k disponível.

4.9.3. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na data do próximo vencimento da Remuneração das Debêntures no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração das Debêntures. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.



1600 20



JUL 13

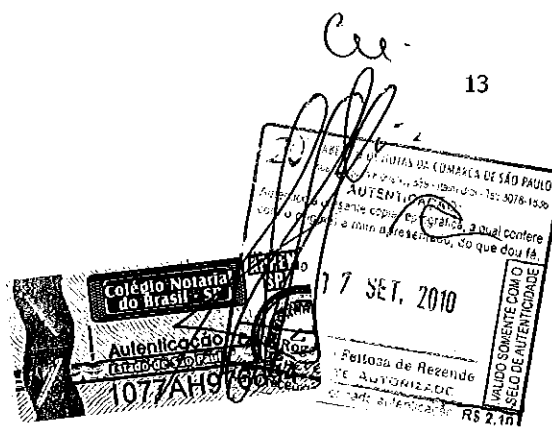
19 09 10

4.11.3. Para os fins do disposto neste item 4.11, a Partícipes obriga-se a informar ao Agente Fiduciário sempre que houver uma Distribuição no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da Data de Recebimento da Distribuição.

4.11.4. Uma vez atingido o Limite de Amortização, mediante a ocorrência de uma nova Distribuição, a Emissora estará obrigada a destinar recursos em valor correspondente a tal nova Distribuição ao resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Recursos Reservados para Resgate Antecipado Obrigatório"), observadas as seguintes condições: (i) a Emissora obriga-se a depositar todos e quaisquer Recursos Reservados para Resgate Antecipado Obrigatório em conta bancária de titularidade da Emissora mantida junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., a ser indicada pela Emissora, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da respectiva Data de Recebimento da Distribuição; (ii) a Emissora obriga-se a realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório") no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da data em que os Recursos Reservados para Resgate Antecipado Obrigatório forem suficientes para o resgate da totalidade das Debêntures, e a notificar à CETIP a ocorrência do Resgate Antecipado Obrigatório no prazo de 2 (dois) dias úteis de antecedência; (iii) até que os Recursos Reservados para Resgate Antecipado Obrigatório sejam suficientes para o resgate da totalidade das Debêntures, tais recursos poderão ser aplicados em: (a) fundos de investimento financeiro de liquidez diária, com carteira de investimento e constituídos, exclusivamente, por títulos públicos federais de renda fixa (LBC, LFT, BBC, LTN e outros que venham a ser criados pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil) e/ou (b) certificado de depósito bancário – CDB de emissão de instituição financeira com rating escala nacional igual a AAA/Aaabr ("Investimentos Permitidos") e (iv) os Recursos Reservados para Resgate Antecipado Obrigatório, juntamente com os Investimentos Permitidos e seus frutos, deverão permanecer cedidos fiduciariamente aos Debenturistas até que o Resgate Antecipado Obrigatório seja realizado.

4.12. Amortização Parcial Facultativa, Resgate Antecipado Total Facultativo e Aquisição Facultativa

4.12.1. As Debêntures poderão ser amortizadas antecipadamente, de forma parcial, e limitada a 99% (noventa e nove por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, a exclusivo critério da Emissora, mediante notificação pela Emissora ao Agente Fiduciário e à CETIP, realizada com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, caso em que o cálculo do montante a ser pago será feito com base no Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Última Data de Pagamento da Remuneração até a data da efetiva Amortização.



JUL 15 09 10

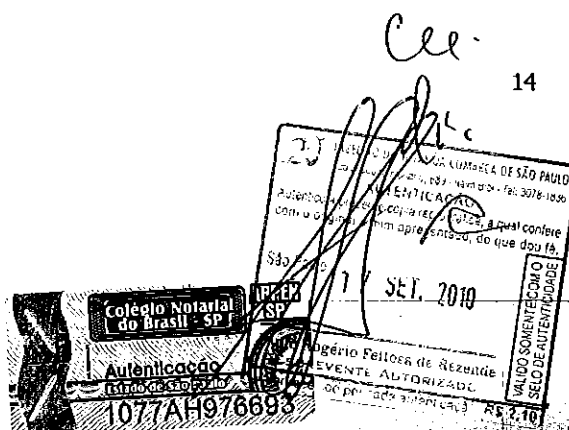
4.12.2. As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente, desde que integralmente, a exclusivo critério da Emissora, mediante notificação pela Emissora ao Agente Fiduciário e à CETIP, realizada com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, caso em que o cálculo do montante a ser pago será feito com base no Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo.

4.12.3 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, por preço não superior ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas ou (ii) permanecer em tesouraria da Emissora.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 a 4.13.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme seja o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- (b) inadimplemento por qualquer das Partes Obrigadas de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures (incluindo, mas não se limitando a, as obrigações oriundas dos Contratos de Garantia), se não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data do inadimplemento ou no prazo estabelecido para sanar o inadimplemento, se houver;
- (c) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de qualquer das Partes Obrigadas ou da Companhia Brasileira com os Debenturistas ou qualquer empresa do grupo financeiro ao qual os Debenturistas pertençam;



JUL 05 SP

16 09 10

- (d) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias com terceiros (i) da Emissora de qualquer valor; (ii) da Companhia Brasileira de valor mínimo equivalente a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), (iii) da Partícipes de qualquer valor; ou (iv) da OHL Concesiones de valor mínimo equivalente a R\$22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), desde que, em qualquer dos casos, o inadimplemento não seja sanado no prazo de 3 (três) dias da data em que a parte seja instada a realizar o pagamento. Os valores mencionados nos itens (ii) e (iv) deverão ser atualizados com base no Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M a partir da Data de Emissão;
- (e) caso a OHL Concesiones deixe de deter direta ou indiretamente o controle da Companhia Brasileira, da Emissora ou da Partícipes;
- (f) caso a OHL Concesiones deixe de ser controlada direta ou indiretamente pela Obrascon Huarte Lain S.A., sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha;
- (g) (i) decretação de falência (ou qualquer procedimento similar aplicável) de qualquer das Partes Obrigadas; (ii) pedido de autofalência (ou qualquer pedido similar aplicável) por qualquer das Partes Obrigadas; (iii) pedido de falência (ou qualquer pedido similar aplicável) de qualquer das Partes Obrigadas formulado por terceiros não elidido no prazo legal aplicável, (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial (ou qualquer pedido similar aplicável) de qualquer das Partes Obrigadas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção de qualquer das Partes Obrigadas;
- (h) protestos de títulos contra (i) a Emissora, em qualquer valor, (ii) a Companhia Brasileira, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), (iii) a Partícipes, em qualquer valor, ou (iv) a OHL Concesiones, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) e, em qualquer dos casos, que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que a sociedade em questão tiver ciência da respectiva ocorrência, ou for demandada em processo de execução e não garantir o juízo ou não liquidar a dívida no prazo estipulado judicialmente. Os valores mencionados nos itens (ii) e (iv) deverão ser atualizados com base no Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M a partir da Data de Emissão;
- (i) caso qualquer das garantias oferecidas em relação às Debêntures seja objeto de questionamento judicial por qualquer terceiro ou pelas Partes Obrigadas, com a emissão, por juízo brasileiro ou internacional, de decisão, ainda que liminar ou precária,



JUCESP

18 09 10

sentença ou acórdão (ou instituto jurídico de mesma natureza na jurisdição aplicável), ainda que sujeito a recurso, que, a critério dos Debenturistas, afete o exercício de qualquer de seus direitos sob as garantias e os efeitos de tal decisão, sentença ou acórdão sobre a garantia não sejam revertidos em sua plenitude no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data em que tenha sido pronunciada ("Prazo de 15 Dias"), exceto se, até o final do Prazo de 15 Dias tenha sido apresentada aos Debenturistas garantia substituta que lhes seja aceitável e, até 20 (vinte) dias contados do final do Prazo de 15 Dias, tenha sido a garantia substituta validamente constituída e formalizada (inclusive com registros nos cartórios pertinentes);

- (j) caso qualquer das declarações e garantias prestadas por qualquer das Partes Obrigadas em qualquer documento relacionado às Debêntures (incluindo, mas não se limitando a, esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia) provarem-se, em aspectos relevantes, falsas, incorretas ou enganosas, à critério dos Debenturistas;
- (k) não cumprimento, nos prazos legais aplicáveis de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra, (i) a Emissora, em qualquer valor, (ii) a Companhia Brasileira, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), (iii) a Partícipes, em qualquer valor, ou (iv) a OHL Concesiones, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$22.000.000 (vinte e dois milhões de reais). Os valores mencionados nos itens (ii) e (iv) deverão ser atualizados com base no Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M a partir da Data de Emissão;
- (l) perda por qualquer motivo, transferência, desapropriação, confisco ou não renovação de qualquer concessão, licença ou autorização (i) pela Companhia Brasileira ou qualquer de suas controladas, que afete de maneira relevante o desempenho de suas atividades; ou (ii) pela OHL Concesiones, que afete de maneira relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes das Debêntures e documentos relacionados;
- (m) caso a Companhia Brasileira deixe de ser listada junto à BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, conforme atualmente listada;
- (n) ocorrência de qualquer evento que, a critério dos Debenturistas, afete de forma relevante a capacidade de qualquer das Partes Obrigadas cumprir qualquer das obrigações assumidas em relação às Debêntures, incluindo, mas não se limitando a, as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e no Contratos de Garantia;



JUCESP

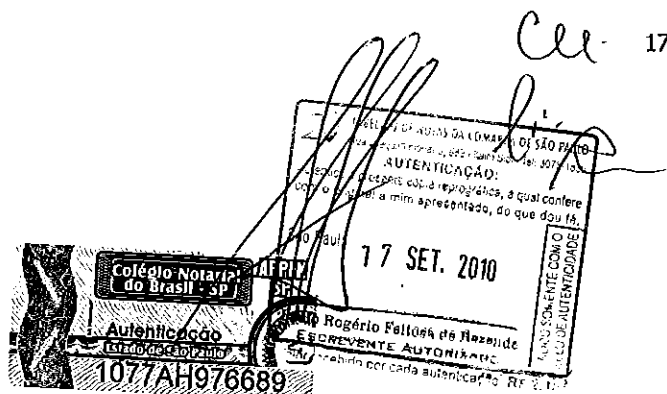
18 09 10

- (o) cisão, fusão, incorporação, ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Partícipes, Companhia Brasileira, Emissora e suas controladas, sem a prévia anuência dos titulares das Debêntures;
- (p) qualquer alteração no objeto social da Emissora ou seu tipo societário, sem a prévia anuência dos titulares das Debêntures;
- (q) redução do capital social da Emissora;
- (r) contratação de qualquer tipo de endividamento adicional pela Emissora, incluindo, mas não se limitando a, qualquer captação de recursos, a qualquer título, dívidas ou financiamentos de qualquer tipo, exceto por operações de derivativos contratadas com a finalidade exclusiva de proteção a exposições financeiras da Emissora;
- (s) não cumprimento pelas Partes Obrigadas das obrigações previstas nos Contratos de Garantia;
- (t) não cumprimento, pela Partícipes ou pela OHL Concesiones de qualquer das obrigações previstas no Contrato de Garantias regido por lei espanhola e celebrado entre Partícipes, OHL Concesiones e o Agente Fiduciário;
- (u) não observância pela Companhia Brasileira do índice financeiro mencionado abaixo ("Índice Financeiro"), verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário, a ser calculado com base nas informações financeiras consolidadas da Companhia Brasileira, ao final de cada trimestre, a partir do trimestre encerrado em 30 de setembro de 2010, em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Companhia Brasileira, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

	Índice
Dívida Líquida/(EBITDA – Direito de Outorga Fixo Pago)	Inferior ou igual a 3,75

Onde:

- i. considera-se como "Dívida Líquida", a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Companhia Brasileira seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia Brasileira, classificadas no passivo circulante e exigível de longo



JUCESP

18 09 10

convocação, deverá ser interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

4.13.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o Saldo do Valor Nominal Unitário em Circulação que tiveram seu vencimento antecipado declarado, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14 abaixo.

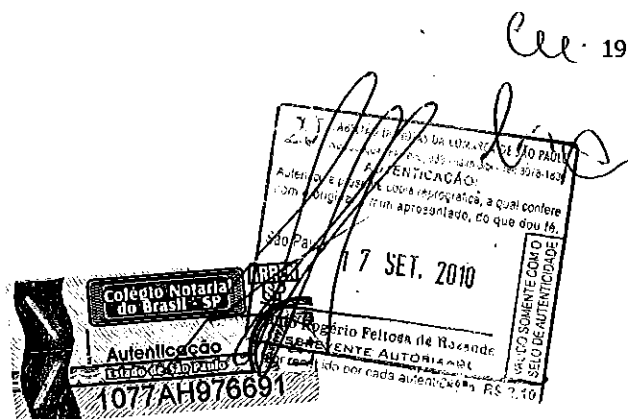
4.13.4.1. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata o item 4.13.4. acima, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

4.14. Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados pela Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês.

4.15. Garantias

As Debêntures contarão com as garantias reais representadas pelo: (a) penhor de 41.333.326 (quarenta e um milhões, trezentas e trinta e três mil, trezentas e vinte e seis) ações ordinárias de emissão Companhia Brasileira de titularidade da Partícipes, representativas de aproximadamente 60,00% (sessenta inteiros por cento) do total de ações da Companhia Brasileira, de acordo com os termos do "Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças" celebrado entre o Agente Fiduciário, a Emissora, a OHL Concesiones e a Partícipes ("Contrato de Penhor das Ações da Companhia Brasileira"); (b) penhor de 199.997 (cento e noventa e nove mil, novecentas e noventa e sete) ações ordinárias de emissão da



JUCESP

16 09 10

Emissora de titularidade da OHL Concesiones representativas de aproximadamente 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) do total de ações da Emissora, de acordo com os termos do "Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças", celebrado entre o Agente Fiduciário, a Emissora e a OHL Concesiones ("Contrato de Penhor de Ações da Emissora"); e (c) cessão fiduciária dos direitos de crédito (i) de contas correntes de titularidade da Emissora e (ii) do empréstimo celebrado entre a Emissora e a Partícipes, por meio do Contrato de Abertura de Linha de Crédito celebrado entre a Emissora e a Partícipes em 19 de julho de 2010, de acordo com os termos do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de Conta Bancária e de Contrato de Empréstimo" celebrado entre o Agente Fiduciário, a Emissora e a Partícipes ("Contrato de Cessão Fiduciária" e, juntamente com o Contrato de Penhor de Ações da Companhia Brasileira e o Contrato de Penhor de Ações da Emissora, os "Contratos de Garantia").

4.16. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, conforme seus procedimentos, ou por meio do Banco Mandatário das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à CETIP.

4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo ou na cidade da sede da Emissora, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser comunicados aos Debenturistas individualmente ou, caso não seja possível, veiculados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal DCI – Diário do Comércio Indústria & Serviços, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação.



JUCESP
18 09 10

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (b) não promover quaisquer captações de recursos, a qualquer título, ou contrair outras dívidas ou financiamentos, exceto com relação às Debêntures e por operações de derivativos contratadas com a finalidade exclusiva de proteção a exposições financeiras passivas da Emissora;
- (c) não prestar fiança, aval ou qualquer tipo de garantia fidejussória e não alienar, empenhar, dar em garantia nem constituir qualquer tipo de ônus ou gravame em favor de qualquer terceiro sobre qualquer propriedade, receita ou ativo, presentes ou futuros, com exceção de garantias constituídas com relação às Debêntures e às Notas Promissórias;
- (d) não participar no capital social de qualquer sociedade e não adquirir quaisquer títulos conversíveis em ações, quotas, ou qualquer interesse patrimonial em qualquer entidade, exceto se essa alteração for decorrente do repasse de recursos previamente acordado com os Debenturistas;
- (e) não vender, transferir ou alienar ativos de qualquer natureza;
- (f) não adquirir ativos ou assumir obrigações de qualquer natureza, exceto (a) pela contratação de derivativos com o objetivo exclusivo de proteger posições financeiras passivas da Emissora; (b) pela realização de investimentos destinados à proteção do patrimônio da Emissora, incluindo todas as gestões administrativas necessárias à gestão destes investimentos, incluindo, mas não se limitando, a abertura de contas bancárias, observados os termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária; (c) pela utilização pela Emissora de seus recursos para serem dados em garantia de qualquer operação de captação de recursos junto a instituições financeiras ou investidores, celebrados por qualquer das empresas controladas pela OHL Concesiones; (d) pela realização de qualquer forma de captação de recursos entre a Emissora e a Partícipes;



JUL 13

16 09 10

- (g) comunicar imediatamente os Debenturistas qualquer fato relevante que seja do seu conhecimento e que possa vir a afetar o desempenho financeiro ou operacional de qualquer das Partes Obrigadas;
- (h) enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social ou realizar qualquer aditamento ao seu estatuto;
- (i) enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social;
- (j) não ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas;
- (k) informar ao Agente Fiduciário a contratação de qualquer operação de hedge realizada pela Emissora ou qualquer outra controlada da OHL Concesiones para proteger os recursos financeiros oriundos da Emissão, operações estas que deverão ser contratadas de forma que o risco de crédito associado às referidas operações de hedge não contem com nenhuma das garantias da Emissão;
- (l) atender de forma eficiente às solicitações dos titulares de Debêntures e do Agente Fiduciário que possam interessar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, observadas as limitações legais e regulamentares a que está sujeita a Emissora;
- (m) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13.1 desta Escritura de Emissão em 2 (dois) dias úteis da ocorrência do fato;
- (n) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (o) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;



JUCESP

18 09 10

- (p) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM ou das leis de suas respectivas jurisdições;
- (q) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações ou pelas leis de suas respectivas jurisdições, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (r) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil ou em suas respectivas jurisdições;
- (s) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador e o Agente Fiduciário;
- (t) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos, desde que a preço de mercado, em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (u) efetuar, na data de desembolso dos recursos referentes às Debêntures, o resgate antecipado da totalidade das Notas Promissórias obrigando-se a pagar aos titulares das Notas Promissórias todos os valores devidos pela Emissora de acordo com os termos das Notas Promissórias;
- (v) Fornecer ao Agente Fiduciário dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de demonstrativo de apuração dos índices financeiros previstos na alínea "u" do item "4.13.1" acima, com sua respectiva memória de cálculo.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1 (p) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;



JUCESP

16 09 10

- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 30 (trinta) dias corridos;
- (c) despesas de viagem, alimentação, transporte e estadia de seus agentes, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 5.1(p) acima, desde que nenhum dos eventos de vencimento antecipado mencionados no item 4.13.1 tenha ocorrido, caso em que se aplicará o disposto no 5.2.1.;
- (d) despesas com especialistas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais e extrajudiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

5.2.2 Quaisquer despesas em valor superior a R\$5.000,00 (cinco mil reais) deverão ser previamente aprovadas pela Emissora.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO



JUCESP

16 09 10

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (j) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos na alínea "a", do Parágrafo Primeiro, do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; e



JUCESP

18 09 10

- (k) verificará, na forma prevista no inciso IX do Art. 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição das garantias descritas no item 4.15, bem como sua suficiência e exequibilidade.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) Parcelas anuais de R\$13.000,00 (treze mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º(quinto) dia após a integralização da capitalização das debêntures, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subseqüentes;
- (b) As parcelas serão atualizadas, na menor periodicidade admitida em Lei, pelo IPCA, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a serem corrigidos anualmente desde a data de pagamento da primeira parcela até a data de pagamento de cada parcela, calculados pro-rata dia se necessário;
- (c) A remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na escritura, como configuradores de vencimento antecipado; e
- (d) As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS, PIS, COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;



JUCESP

15 09 10

- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento da solicitação;
- (h) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, conforme procedimento previsto nesta Escritura de Emissão;
- (i) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (j) elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;



JUCESP

16 09 10

- b. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - f. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - g. pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - h. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - i. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora;
 - j. declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures; e
 - k. relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.
- (k) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;

lee

28



JUCESP

18 09 10

- c. na CETIP; e
- d. na sede do Coordenador.
- (l) notificar, às expensas da Emissora, os titulares de Debêntures, na forma prevista no item 4.18 acima, para comunicar que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (m) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;
- (n) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (o) notificar os titulares de Debêntures, na forma prevista no item 4.18 acima, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CETIP;
- (p) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos na aliena "a", do Parágrafo Primeiro, do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação; e
- (s) verificar a regularidade da constituição das garantias reais bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

29



JUCESP

15 09 10

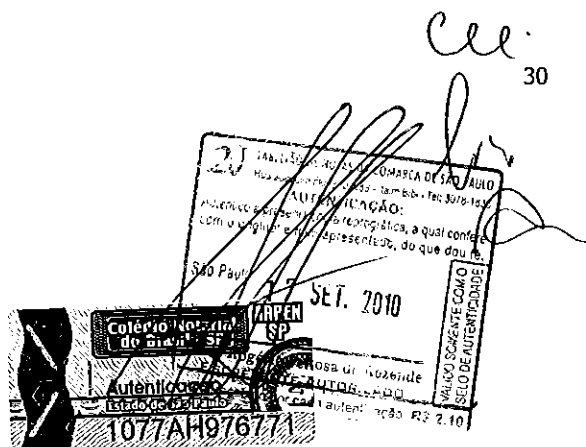
- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures;
- (d) executar as garantias descritas no item 4.15 bem como quaisquer outras garantias que venham a ser constituídas em favor das Debenturistas, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à



JUDICIAL

16 09 10

indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 2.3.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.18 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

Cee

31



JUCESP

16 09 10

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Independentemente de quaisquer formalidades relacionadas a convocação e instalação de Assembleias Gerais de Debenturistas, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos Debenturistas.

7.6. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuge. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.10. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures.

7.11. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

7.12. As alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração das Debêntures, (ii) a Data de Pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) a alteração, substituição ou o reforço das garantias; (vi) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 4.13.1 acima, incluindo, mas não se limitando aos Índices Financeiros; e/ou (vii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula Sétima dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

Cee

32



JUL 2010
16 09 10

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara quê:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob forma regular de acordo com as leis de sua jurisdição e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Colocação ("Documentos da Oferta") e o cumprimento de suas respectivas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida;
- (c) os representantes legais das Partes Obrigadas que assinam os Documentos da Oferta têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações estabelecidas em tais instrumentos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) os Documentos da Oferta constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) a celebração dos Documentos da Oferta dos quais é parte e a colocação das Debêntures não infringem disposição legal, contrato ou instrumento dos quais seja parte nem resultarão em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens, exceto pelos ônus decorrentes da presente Emissão;
- (f) está devidamente autorizada a celebrar os Documentos da Oferta dos quais é parte e a cumprir com suas respectivas obrigações, e obteve todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovações societárias, à emissão das Debêntures, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) suas operações e propriedades cumprem, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor; não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra si, nos termos de qualquer



JUL 2010

16 09 10

lei ambiental, que possa razoavelmente ter um Efeito Adverso Relevante (conforme definido no item 8.3 abaixo);

- (h) declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias (i) cujo não pagamento não poderia acarretar um Efeito Adverso Relevante ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Parte Obrigada, conforme o caso, tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (i) cumpre, em todos os aspectos relevantes, todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (j) cumpre, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, (i) exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé e (ii) exceto na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (k) nesta data, (i) detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades; (ii) está observando e cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as disposições de seu estatuto social e quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um Efeito Adverso Relevante; (iii) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, a legislação em vigor nas jurisdições em que se encontra; e (iv) o cumprimento de suas obrigações decorrentes dos Documentos da Oferta e da emissão das Debêntures não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;

ce



JUCESP

18 09 10

- (l) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra si, que poderia, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Adverso Relevante;
- (m) mantém cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que está engajada; não tem qualquer razão para acreditar que não conseguirá renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obtiver cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria em Efeito Adverso Relevante;
- (n) mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; e (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas em sua jurisdição e para manter contabilidade de seus ativos;
- (o) possui e detém o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, software e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-la a continuar conduzindo, em todos os aspectos relevantes, seus negócios da forma como são atualmente conduzidos, exceto em situações em que a falta do respectivo título não possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (p) na data de liquidação das Debêntures e, imediatamente após a colocação das Debêntures, será solvente, nos termos da legislação a que se sujeita;
- (q) não omitiu do Coordenador nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Efeito Adverso Relevante;
- (r) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas ao Coordenador anteriormente, ou concomitantemente, à presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações



JUL 31

16 09 10

(consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;

- (s) suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado nos últimos três exercícios, se aplicável, são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos relevantes na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a sua posição financeira e patrimonial, seus resultados, operações e fluxos de caixa no período a que se referem;
- (t) suas demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos em sua jurisdição, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum fato que pudesse razoavelmente causar um Efeito Adverso Relevante;
- (u) seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou no exterior ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição;
- (v) todas as declarações que constam dos Documentos da Oferta são, na data de assinatura deste Contrato, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais;
- (w) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009, até a data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa a assunção e o cumprimento das suas obrigações decorrentes Documentos da Oferta;
- (x) não há quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados e não pagos; e
- (y) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM

Cu.
36



JUCESP

18 09 10

- (z) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador, em observância ao princípio da boa-fé; e
- (aa) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

8.2. As Partes Obrigadas declaram e garantem, em relação à Companhia Brasileira, que:

- (a) a Companhia Brasileira é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob forma regular de acordo com as leis do Brasil e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) a celebração dos Documentos da Oferta não infringe disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia Brasileira seja parte nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens;
- (c) as operações e propriedades da Companhia Brasileira cumprem, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor; não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra si, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa razoavelmente ter um Efeito Adverso Relevante;
- (d) a Companhia Brasileira declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias (i) cujo não pagamento não poderia acarretar um Efeito Adverso Relevante ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Companhia Brasileira, conforme o caso, tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (e) a Companhia Brasileira cumpre, em todos os aspectos relevantes, todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a

37



JUCESP

18 09 10

salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;

- (f) a Companhia Brasileira cumpre, em todos os aspectos relevantes, todas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, (i) exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé e (ii) exceto na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (g) a Companhia Brasileira, nesta data, (i) detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades; (ii) está observando e cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as disposições de seu estatuto social e quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um Efeito Adverso Relevante; (iii) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, a legislação em vigor nas jurisdições em que se encontra ou tem atividades; e (iv) os Documentos da Oferta e a emissão das Debêntures não resultarão em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;
- (h) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra a Companhia Brasileira, que poderiam, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Adverso Relevante;
- (i) a Companhia Brasileira mantém cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que está engajada; não têm qualquer razão para acreditar que a Companhia Brasileira não conseguirá renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obtiver cobertura conforme

38



JUCESP

16 09 10

necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria em Efeito Adverso Relevante;

- (j) a Companhia Brasileira mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; e (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas em sua jurisdição e para manter contabilidade de seus ativos;
- (k) a Companhia Brasileira possui e detém o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, software e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-la a continuar conduzindo, em todos os aspectos relevantes, seus negócios da forma como são atualmente conduzidos, exceto em situações em que a falta do respectivo título não possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (l) na Data de Liquidação e, imediatamente após a colocação das Debêntures, a Companhia Brasileira será solvente, nos termos da legislação a que se sujeita;
- (m) as demonstrações financeiras da Companhia Brasileira relativas ao exercício social encerrado nos últimos três exercícios são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos relevantes na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a sua posição financeira e patrimonial, seus resultados, operações e fluxos de caixa no período a que se referem e foram, auditadas, tendo sido emitidos pareceres sem ressalva pelos auditores independentes;
- (n) as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum fato que pudesse razoavelmente causar um Efeito Adverso Relevante;
- (o) os bens da Companhia Brasileira não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou no exterior ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão,



JUL 30
16 09 10

At.: Gregoli Pedroso Tasso
Telefone: (11) 3048-9915/ 3048-9763
Fac-símile: (11) 3040-9910
E-mail: gregoli@slw.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º. Andar
Cidade de Osasco
São Paulo – SP
Att.: José Donizetti de Oliveira e João Batista de Souza
Telefone: (11) 3684-3749 / 3684-7911
Fac-símile: (11) 3684-2714
E-mail: 4001.donizetti@bradesco.com.br e 4001.jbsouza@bradesco.com.br

Para a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos:

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar
CEP 01452-001 São Paulo - SP
Att.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

9.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues ao destinatário (i) sob protocolo, "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama, nos endereços acima; ou (ii) quando da confirmação do recebimento da transmissão via fax (answer back), via e-mail, ou qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Será considerada válida a confirmação do recebimento via fax, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação, bem como da data do envio.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

41



JUCESP

15 09 10

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

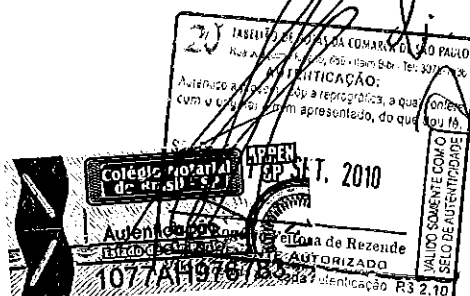
10.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.7. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

Cláusula Onze – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.



JUCESP

16 09 10

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 10 de setembro de 2010.

[restante da página intencionalmente deixado em branco]



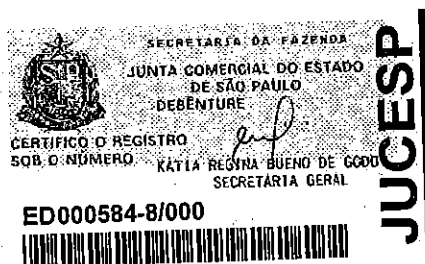
2001

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

Nome:
Cargo:

Nome: FLAVIANO Mendes
CPF: 281.053.584-40

Nome: **Silvia Solange F. D. Silva**
CPF: **CPF: 993.981.098-91**



66.



JUCESP

15 09 10

Anexo I

Demonstrativo de Cotação das Ações da Companhia Brasileira

Estadísticas

Consultas

Formador de Mercado

Empresas

- Empresas Listadas
- Plantão Empresas
- Consultas
- Responsabilidade Social das Cias
- Governança Corporativa
- Para Empresas
- Calendário e Horários
- Ofertas Públicas

Principal
Relatórios Financeiros
Informações Relevantes
Eventos Corporativos

Histórico de Cotações

Atualizado em 10/09/2010, às 05h12

Dados da Companhia

Nome de Pregão:	OHL BRASIL
Códigos de Negociação:	OHLB3 Mais Códigos
CNPJ:	002.919.555/0001-67
Atividade Principal:	Gerenciamento de Concessões Públicas
Classificação Setorial:	Construção e Transporte / Transporte / Exploração de Rodovias
Site:	www.ohlbrasil.com.br

Gráfico: Ativo

>> OHLB3 09/Set - 17:06:02

49.40
49.26
49.12
48.98
48.84
48.70

0,42 % R\$49,36



46